

CAPÍTULO VI

O Imperialismo Esclarecido

O imperialismo da segunda metade do século XX é muito diverso, mais ameno e envolvente do que o imperialismo do século passado. Enquanto este usava sem maiores hesitações das forças das armas, o novo imperialismo, especialmente quando em contato com países já industrializados mas ainda subdesenvolvidos como o Brasil, é muito mais sutil e contraditório em sua estratégia de dominação. O objetivo é sempre transferir para a metrópole uma parte, a maior possível, do excedente gerado no país periférico; mas, ao contrário do que ocorria no passado, essa transferência é hoje feita deixando-se uma parte ponderável do excedente no país.

Na presente crise política brasileira, caracterizada pelo colapso da aliança política entre a burguesia local e a tecnoburocracia estatal, a posição de terceiro parceiro do esquema de poder — as empresas multinacionais — tem sido contraditória, assim como é contraditório o imperialismo norte-americano dos nossos dias. O Governo Carter apóia claramente a implantação de regimes democráticos na América Latina. Embora esta posição não seja extremada, e o governo norte-americano esteja sempre disposto a fazer concessões em torno do problema, não há dúvida sobre o sentido democratizante de sua

política latino-americana. Em contrapartida as empresas multinacionais continuam prudentemente solidárias com os regimes autoritários vigentes, inclusive o brasileiro.

Existe uma tese segundo a qual as empresas multinacionais dariam todo o seu apoio e seriam o principal suporte de regimes autoritários nos países subdesenvolvidos. Esta tese é verdadeira quando o país encontra-se em um nível muito baixo de desenvolvimento social e político, quando o capitalismo local é ainda no máximo mercantil, quando não existe ainda nem um mercado de trabalho com a generalização do trabalho assalariado, nem uma estrutura de empresas que garantam a extração da mais-valia pelos mecanismos clássicos do sistema capitalista. Em outras palavras, quando domina um sistema de acumulação primitiva, de extração do excedente pela força, para o qual os regimes autoritários são necessários para as oligarquias dominantes. A tese autoritária é também verdadeira em relação ao imperialismo, quando o país subdesenvolvido vive momentos de crise política e instabilidade social, em que as empresas multinacionais se sentem ameaçadas. Foi o caso do Brasil em 1964 e principalmente do Chile em 1973.

No momento, entretanto, em que o país alcança uma relativa estabilidade política, ao mesmo tempo em que o sistema capitalista já desenvolveu um setor "moderno" suficientemente capitalista para permitir às empresas multinacionais a apropriação da mais-valia no mercado, os regimes autoritários deixam de ser necessariamente funcionais para as empresas estrangeiras. Podem continuar a ser úteis para estas e para a burguesia local, na medida em que ajudem a enfraquecer os sindicatos e a manter os salários em níveis muito baixos. Mas sabemos que o capitalismo não necessita de regimes autoritários para extrair mais-valia dos trabalhadores. Basta um mercado livre de trabalho e uma razoável estabilidade política. Basta que a força de trabalho seja mantida na condição de mercadoria.

Por outro lado, os regimes autoritários podem ser perigosos para as multinacionais, da mesma forma que para a burguesia local. A tutela tecnoburocrática é tão reconfortante quanto ameaçadora. O nacionalismo não é precisamente uma ideologia de esquerda. Pelo contrário, seria em princípio uma ideologia de direita. Na verdade é uma ideologia populista ou

fascista. Para um regime autoritário, de base tecnoburocrática, assumir uma ideologia nacionalista não é difícil. Os sonhos de Brasil potência, a vontade de obter apoio popular, os interesses de alguns setores minoritários da burguesia local são a base para um eventual projeto dessa natureza. Já nos quadros de um regime democrático, em que a burguesia local assuma a hegemonia política, uma mudança desse tipo é muito mais difícil. A burguesia local é consular. Está intimamente associada aos interesses das multinacionais.

Há uma outra tese segundo a qual as empresas multinacionais, explorando o Brasil, transferindo grande parte do excedente aqui produzido para as metrópoles, seriam a principal causa não apenas do autoritarismo mas também do subdesenvolvimento brasileiro. Ora, uma tese radical dessa natureza se teve uma relativa validade no passado hoje não tem nenhuma. O imperialismo contemporâneo, no seu relacionamento com o Brasil, e também com outros países onde vige um modelo de subdesenvolvimento industrializado, é um imperialismo desenvolvimentista, industrializante. As empresas multinacionais produzem principalmente para o mercado local, de forma que o crescimento desse mercado é essencial para o seu próprio desenvolvimento. É óbvio que uma parte do excedente é transferida para os países centrais. É óbvio que esse excedente não deriva apenas de mais-valia obtida no mercado através dos mecanismos clássicos do sistema competitivo. Esse excedente é também extraído graças a condições de oligopólio e cartelização. E as pressões de toda natureza sobre os órgãos governamentais para obter vantagens incompatíveis com o interesse nacional em absoluto deixaram de existir. Mas, apesar disso, tanto a burguesia local quanto a tecnoburocracia estatal — seus associados — já dispõem de amplos meios econômicos, técnicos e institucionais para garantir que a maior parte do excedente fique no país.

Em conseqüência o imperialismo vai-se transformando. Adapta-se às novas condições vigentes no Brasil. Assume os ares de um “imperialismo esclarecido”, democratizante, desenvolvimentista, e até preocupado com uma melhor distribuição de renda no país. A radical desigualdade na distribuição de renda, além de moralmente inaceitável, é sentida como potencialmente perigosa em termos políticos.

Mas por que continuar a chamar esse fenômeno de imperialismo, se é democratizante e desenvolvimentista, se é “esclarecido”? Simplesmente porque ele se apóia fundamentalmente na associação com as classes dominantes locais para marginalizar e explorar os trabalhadores. O objetivo fundamental da burguesia local e da tecnoburocracia tanto estatal quanto privada é reproduzir os padrões de consumo dos países centrais. Ora, este objetivo só é realizável com a marginalização dos benefícios de desenvolvimento da grande maioria da população. As empresas multinacionais, associando-se à burguesia e à tecnoburocracia locais, viabilizam esse objetivo, ao mesmo tempo que participam da divisão do excedente. São as empresas multinacionais as interessadas diretas na manutenção do modelo de subdesenvolvimento industrializado, na medida em que produzem principalmente bens de consumo de luxo — os mesmos bens que nos países centrais são bens de consumo de massa. Sua preocupação, ou mais precisamente a preocupação do governo norte-americano com direitos humanos e com distribuição de renda, ainda que autêntica não modifica o fato básico de que as empresas multinacionais, em conjunto com a tecnoburocracia e a burguesia local, estão comprometidas com um padrão de acumulação de capital modernizante, exportador, e intrinsecamente marginalizador da grande maioria da população brasileira.

Nestas circunstâncias, as ideologias e as práticas nacionalistas radicais tendem a se constituir em um equívoco, que a rigor não é nem de esquerda nem de direita, mas ou é de origem estalinista ou de origem populista ou fascista. O nacionalismo de origem estalinista vê nesta ideologia uma forma de combater os Estados Unidos e os demais países capitalistas centrais. O nacionalismo de origem populista ou fascista é uma forma de desviar a atenção dos verdadeiros conflitos de classe e de apresentar o país como uma nação unida em sua luta contra a exploração estrangeira. A verdadeira ideologia de direita apóia as empresas multinacionais, porque assim está dando suporte à burguesia local. Em contrapartida, a esquerda, embora criticando em termos moderados ou radicais as multinacionais, não é particularmente “nacionalista”, na medida em que percebe que sua luta política deve ser realizada tanto

contra a alta burguesia local quanto com suas associadas empresas multinacionais.

Por outro lado, é possível compreender porque o imperialismo permanece relativamente à margem da crise política brasileira atual. À medida que as condições do velho imperialismo primário-exportador vão desaparecendo, as empresas multinacionais tendem cada vez mais a reduzir sua interferência na política interna dos países subdesenvolvidos. A não ser que a situação esteja especialmente perigosa para elas, como novamente foi o caso do Chile em 1973, sabem que as interferências podem ser-lhes mais prejudiciais do que benéficas. Sabem ainda que têm condições de realizar lucros a longo prazo em regimes políticos muito diversos. Por outro lado, se, no caso brasileiro atual, as empresas multinacionais estão intimamente associadas à burguesia e à tecnoburocracia, é claro que um conflito entre ambas as classes dominantes locais, que tende a reorganizar mas não a modificar profundamente o pacto político vigente, não afeta a posição das empresas multinacionais. A democracia, embora possa eventualmente ser incômoda, obviamente não atemoriza as empresas multinacionais, como não atemoriza hoje a burguesia local. O imperialismo representado pelas multinacionais não é nem um tigre de papel nem o lobo mau. Como a burguesia e a tecnoburocracia, é apenas um elemento integrante da formação social capitalista-tecnoburocrática dependente brasileira da segunda metade do século XX.